

LEI CONSTITUCIONAL SOBRE A RESISTÊNCIA? | POR DIRK POHLMANN

Posted on 25. Dezember 2020

Um comentário de Dirk Pohlmann.

O artigo 20 da Lei Básica é uma das normas essenciais da Lei Básica. Isto significa concretamente que os primeiros 3 parágrafos do Artigo 20 nunca poderão ser alterados na sua existência e significado. Caso contrário, isto só se aplica ao Artigo 1, que estabelece a dignidade humana e os direitos humanos como base e objectivo de toda a acção do Estado.

Os primeiros 3 parágrafos do Artigo 20 estabelecem que a Alemanha é uma democracia com eleições, um estado social, um estado federal no qual os estados podem fazer regulamentos importantes, e uma república. Assim, a transformação da Alemanha numa monarquia já não é legalmente possível.

Literalmente, o Artigo 20 lê:

(1) A República Federal da Alemanha é um estado federal democrático e social.

(2) Todo o poder do Estado deve emanar do povo. Deve ser exercida pelo povo em eleições e votações e por órgãos especiais de legislação, poder executivo e jurisdição.

(3) O legislativo está vinculado pela ordem constitucional, o executivo e o judiciário estão vinculados pela lei e pela justiça.

Um quarto parágrafo foi acrescentado aos primeiros 3 parágrafos em 1968. O artigo 20(4) da Lei Básica diz:

Contra qualquer pessoa que se comprometa a eliminar esta ordem, todos os alemães têm o direito de resistir se nenhuma outra solução for possível.

O que significa este direito de resistir à abolição da ordem constitucional?

O direito de resistir ao domínio tirânico tem sido declarado por vários filósofos desde os tempos antigos. Mas este direito é um direito natural para além da lei codificada, ou seja, uma ideia e não um texto legal. Só na Alemanha existe um direito legal de resistência sob esta forma. Há uma razão para isto.

Cada constituição ergue-se num pedestal alto e é invocada em muitos discursos dominicais com quase fervor religioso, por assim dizer, como o santuário central do respectivo estado. Qualquer pessoa que tente derrubar o Estado sem sucesso não só é condenada pelo mais alto tribunal do Estado que continua a existir, mas também é denunciada como escumalha nojenta antes de ser

executada. Como o papado é o aparecimento da perpetuidade do Estado, do qual a Constituição é a manifestação, é visto nos julgamentos de fachada dos conspiradores de 20 de Julho para matar Hitler. "És um malandro maltrapilho!" desabrochou Roland Freisler do seu nobre manto como representante do Estado quando o Conde Schwerin lhe foi apresentado no Tribunal Popular para humilhação e destruição.

Como eu disse, a Alemanha é um caso especial. Alguns anos mais tarde, Freisler era a figura simbólica de um pedaço de massa, e o Conde Schwerin um lutador da resistência altamente honrado, a quem foi dado o nome de rua. Havia uma nova ordem política, resultado de uma guerra perdida com uma nova constituição: a Lei Básica. Por um lado. Por outro lado, foi assim: o chefe alemão da BND e o general nazi Gehlen, um servo leal do 3º Reich e depois dos EUA, um malandro maltrapilho e um carreirista de sucesso, foi da opinião dos heróis do 20 de Julho: "Uma vez traidor, sempre traidor" e teve os combatentes da resistência vigiados também na RFG. O novo estado tornou-o possível para ele. Constituição ou não. É mais ou menos assim que parece, o verdadeiro santuário do estado central existente. Do exterior sempre esplêndido, do interior muitas vezes menos e por vezes cheira mal como uma passagem inferior de uma estação ferroviária.

Não vale a pena apenas lamentar. Para que o Estado não decai, é necessário um esforço constante, vigilância e trabalho de reparação por parte de todas as suas instituições, e numa democracia os habitantes e um público diversificado e animado são especialmente chamados a fazê-lo.

A constituição é central, é importante, deve ser mantida. Mas no caso ideal é apenas a codificação de uma vida espiritual real existente. Não é o texto que garante a existência do espírito, é o espírito que garante a eficácia da constituição.

A Lei Fundamental Alemã, contudo, é também a base de todos os outros regulamentos legais e, a este respeito, é de facto altamente eficaz, não sendo de modo algum uma mera declaração de intenções no sentido do comediante Groucho Marx: "Estes são os meus princípios! Se eles não gostam de ti, tenho mais alguns". Pois da Constituição alemã todas as outras regras legais seguem com necessidade. É simultaneamente um manifesto e um conjunto central de regras.

A experiência histórica alemã com as constituições é única devido à tomada do poder pelos nazis. Uma nação cultural extraordinariamente vital degenerou a um ponto baixo da história da humanidade em poucos anos, na década de 1930. Em retrospectiva, a Constituição de Weimar foi identificada como uma das causas desta catástrofe auto-infligida. Devido a isto, novos regulamentos foram introduzidos na Lei Básica como um firewall. O governo através do estado de

emergência, um dos factores que destruiu a democracia de Weimar, foi portanto eliminado pelas mãos e pelos pais da Lei Básica com a melhor das intenções. A Lei Básica como um todo é caracterizada pela boa vontade; é uma tentativa honesta de um novo começo. Mas a República Federal não foi determinada pelo texto constitucional, mas pela realidade política; ela mudou através das redes de antigos nazis em novas posições de liderança, através do rearmamento, da construção da Bundeswehr, e da renomeação da organização da CIA de Gehlen como BND, para um estado de restauração parcial do Reich, do qual a Lei Básica deveria proteger a Alemanha. O espírito da Lei Básica não era determinante porque não era o espírito determinante da RFG.

O estado de emergência foi então reintroduzido na Constituição em 1968 sob o nome de "Leis de Emergência". Isto foi extremamente controverso na altura. Uma grande oposição extra-parlamentar de estudantes, intelectuais e sindicatos protestou veementemente contra o governo, contra a alteração da Lei Básica pela Grande Coligação da CDU e do SPD. O passado da Lei de Habilitação, oficialmente chamada "Act to Remedy the Distress of the People and the Reich", ainda estava muito presente. A lei marcou o início da tomada do poder pelo Estado que levou a cabo os crimes nazis. O protesto contra as leis de emergência da RFG uniu, portanto, grupos que de outra forma tinham pouco em comum.

A este respeito, assemelha-se ao protesto extra-parlamentar contra a Lei Corona de Novembro de 2020, que é, afinal, também uma "lei de habilitação", desta vez para fazer face à emergência pandémica. Suspende quatro direitos fundamentais devido a uma emergência supostamente catastrófica e permite o Estado da Medida em algumas áreas. É precisamente devido a esta embaraçosa semelhança com 1933 e 1968 que os partidos representados no parlamento e as rádios filiadas sublinham tão veementemente que não se pode e não se deve comparar estas leis.

Em 1968, a fim de contrariar os protestos contra a reintrodução da lei de isenção, o parágrafo 4 foi acrescentado pelo Parlamento nessa altura às disposições centrais do artigo 20(1) a (3), como uma salva branca, uma tentativa de apaziguamento. O parágrafo 4 é uma construção muito curiosa e estragada, endividada com esta situação política, e desde então deu origem a esperanças infundadas entre os manifestantes e receios entre os órgãos do Estado de segurança.

Aqueles que invocam o direito de resistir à polícia experimentarão ser maltratados precisamente por causa disso, o que é consequentemente entendido por ambos os lados como uma demonstração de poder, quer sofrido ou executado, quer em Minsk ou Berlim. Invocar verbalmente o direito de resistir não irá de forma alguma mitigar ou impedir os agentes da polícia. Não há palavras mágicas que acabem com a violência estatal. Só há violência que a supera, ou

violência de estado que domina os insurrectos. O Estado garantirá sempre que a lei dominante é a lei dos governantes em qualquer altura.

Um golpe de Estado é um golpe de Estado, uma revolução é uma revolução. A velha lei é violada e a nova lei é estabelecida. Ou a tentativa falha e é enfrentada com violência pela velha regra. Que então, normalmente, não se consegue conter com indignação perante a incrível depravação dos traidores, e ainda assim preferiria dispor no lixo os cadáveres dos inimigos condenados do Estado. Isso é uma função da mudança de poder, não uma figura legal. Cada sistema jurídico declara o direito do Estado a restaurar a velha ordem pela força na lei de excepção, porque apresenta a ausência de uma ordem do Estado como o pior caso possível, tendo em conta que a violência e a restrição dos direitos fundamentais são o mal menor.

O artigo 20(4) da Lei Básica é, na melhor das hipóteses, um apelo ao Estado e aos cidadãos para restaurar a ordem antiga a curto prazo numa área intermédia antes do golpe de Estado ou face à perversão da ordem básica pelo próprio Estado. É um apelo para proteger essa ordem, não uma garantia da sua continuidade. A garantia é impossível porque a existência da constituição é, em última análise, garantida pelo domínio político. Se o Estado cai nas mãos de forças que têm outras intenções, como foi o caso dos nazis, há um fim aos direitos constitucionais que eram anteriormente válidos.

Segundo o texto da Constituição, o direito de resistir só se aplica quando não existem outras vias de recurso. Esta frase é mais uma admissão de que a disposição não tem sentido. Enquanto houver tribunais em que se possa potencialmente processar pelo seu direito, mesmo que tal não seja factualmente possível, o Estado irá alegar que não existe fundamento para a resistência. Em inglês simples, isso significa nunca. Não há direito de resistência declarado pelo Estado, há no máximo actos de cidadãos ou mesmo funcionários do Estado que querem impor a sua opinião jurídica contra uma autoridade que acusam de apostasia da ordem jurídica anteriormente válida. Desde que o Estado exista com a sua ordem jurídica, tem o direito de interromper uma acção, e depois de processar nos tribunais desse Estado. É a isto que se reduz o direito de resistência do Artigo 20(quatro).

A garantia constitucional do Artigo 20(4) é uma pomada branca por parte do Estado; a invocação do direito de resistência por parte dos cidadãos é uma expressão de uma consciência de sujeito que quer que até uma revolução seja regulada por lei. Uma espécie de mentalidade de construção da sociedade, como também é visível na interpretação jurídica artificial da soberania da política externa, que supostamente é resolvida logo que haja um tratado de paz. A soberania de um Estado

em matéria de política externa pode ser proclamada por um tratado se existir em termos de política real, mas um texto de tratado nunca irá gerar soberania. A soberania política estrangeira não pertence à esfera do direito, que todos os Estados, totalitários ou democráticos, devem regular e regulamentam, tais como contratos de venda, contratos de utilização, direito penal, todas as coisas da vida quotidiana. A soberania estrangeira vem da esfera do poder político, assume-se a soberania porque se pode, ou não se pode.

O direito de resistir é claramente respondido pelo governo, o Estado e os principais meios de comunicação social: Por exemplo, no Tagesschau, sob o título "Com a Lei Básica para Derrubar? Os activistas radicais invocam o direito de resistir uma e outra vez. Mesmo os "críticos da Corona" afirmam que se pode derrubar legalmente o governo. Mas o que diz exactamente o Artigo 20 da Lei Básica? "Nós derrubamos o nosso governo legalmente", proclama YouTuber Hagen Grell, e Ken Jebsen apela à resistência ao governo no seu website". Depois, após alguns argumentos, Tagesschau declara: "Portanto, um caso do direito de resistir ao abrigo do Artigo 20(4) não está de todo à vista neste momento. Isto não significa, contudo, que os cidadãos devem concordar com todas as proibições e aceitar todas as medidas. Eles podem demonstrar, embora com condições, e podem resistir a medidas ilegais nos tribunais. Isto mostra: A ordem constitucional não está em perigo".

Assim, o Tagesschau argumenta exactamente como explicado acima.

Mas: entretanto, porém, há actividades que podem enquadrar-se na categoria do Artigo 20(quatro). Três exemplos:

1. Numa carta incendiária no Bild-Zeitung, o geneticista humano e membro do Conselho de Ética Wolfram Henn apela aos opositores da vacinação corona para que se abstenham de medidas de emergência em caso de doença. "Quem quiser recusar a vacinação, deve, por favor, levar também constantemente um documento com a inscrição: "Não quero ser vacinado! Quero deixar a protecção contra a doença para outros! Quero, se ficar doente, deixar a minha cama de cuidados intensivos e o ventilador para os outros".

Metade dos 26 membros do Conselho de Ética são propostos pelo governo e metade pelo parlamento, e nomeados pelo Presidente do Bundestag alemão. Assim, é uma instituição com filiação governamental.

- 2 O director do Instituto da Economia Alemã, Michael Hüther, exige consequências para os opositores de uma vacinação Corona no Handelsblatt. "Por conseguinte, deve ser examinado se os

recusantes da vacinação podem ser sancionados devido aos efeitos externos resultantes do seu comportamento por não terem cobertura de seguro no caso de uma doença Covid 19". Hüther descreve a recusa de vacinação não só como um comportamento não-solidário, porque os recusadores de vacinação alegadamente causam custos enormes para o público em geral em caso de doença. Por conseguinte, é justificado retirar os opositores à vacinação do princípio do financiamento solidário, disse ele. "Claro que, por enquanto, isto só é possível no seguro de saúde obrigatório. E sim, é um afastamento parcial do princípio da solidariedade. Mas a isto se opõe o interesse protector da comunidade solidária contra o uso excessivo".

O Instituto da Economia Alemã é um porta-voz dos empregadores. As suas associações patrocinadoras são a Confederação das Associações Alemãs de Empregadores e a Federação das Indústrias Alemãs. É uma instituição essencial da sociedade.

Assim, do meio do Estado e de uma associação essencial vêm propostas que são ideologia nazi original.

Não sou amigo de comparações nazis, mas nestes casos não se trata de uma semelhança distante, mas de uma identidade da ideologia nazi e dos argumentos mencionados. Continua a ser uma tentativa de introduzir novas regras de acordo com essa ideologia.

O artigo 1 parágrafo 1 da Lei Básica diz: A dignidade do homem é inviolável. Respeitá-lo e protegê-lo é o dever de toda a autoridade do Estado.

O facto de o artigo 1 ler assim foi a reacção consciente ao desprezo pelos seres humanos dos nazis na 2ª Guerra Mundial. Para uma ideologia racista de extermínio, o assassinato em massa de pessoas classificadas numa base supostamente científica como "vida indigna de vida".

E agora será permitido dizer que a selecção no ventilador já seria uma boa ideia? Certamente que aqueles que não querem ser vacinados devem morrer voluntariamente em caso de dúvida. Isto é anticonstitucional. Com tais ideias, é nomeado para o Conselho de Ética Alemão? Como membro do Conselho Alemão de Ética pode mijar no artigo 1 da Lei Básica? E sobre o Juramento de Hipócrates?

Para calcular quanto custava ao público deficiente e asocial, dinheiro que podia ser dado a famílias arianas saudáveis, foi a ideologia nazi original e a base da Aktion T4 para exterminar a descendência hereditária doente e os chamados asociais. A avaliação da vida humana de acordo com a análise custo-benefício e a conveniência social pode servir bem a um empregador, mas é uma ideologia nazi e anticonstitucional. Com tais ideias é possível tornar-se e manter-se director do

Instituto da Economia Alemã?

Michael Hüther ainda não desenvolveu completamente a sua concepção do homem. Os opositores da vacinação são, no entanto, apenas um grupo de associados. Mas há muito mais assuntos de custo intensivo a entupir os nossos hospitais. Porque não fazer os fumadores pagar pelo seu próprio tratamento oncológico dispendioso? A culpa é deles próprios! Um tiro barato para os pôr a dormir faria mais sentido do ponto de vista económico! Porque não fazer com que as pessoas com excesso de peso paguem pelas suas próprias cirurgias das costas e da anca, que são culpa sua? Será que precisamos sequer de os tratar? Certamente que não são trabalhadores valiosos. Apenas custam, mas não trazem o suficiente para os cofres. Porque não negar às pessoas que não exerceram os cuidados intensivos suficientes para os problemas cardiovasculares na velhice? Eles próprios poderiam ter evitado isso, com um bom programa de fitness!

E depois há as marchas silenciosas. Os seus participantes mantêm meticulosamente uma distância de 1,5 m, não são permitidos andar com máscaras, bandeiras e faixas. Não há sequer cânticos. Os manifestantes são os totós entre os manifestantes, o que eles entregam é, por assim dizer, a pior imitação de Gandhi. Agressivamente pacifista com proximidade ao terrorismo pacífico, tal como este fanático da não-violência de óculosculos.

Como todos sabemos, a grande manifestação de Agosto em Berlim teve de ser desfeita pela polícia, que ficou muito triste com isso. A polícia primeiro aglomerou os manifestantes, para que não conseguissem manter a distância e, além disso, a obrigação de usar máscaras não foi cumprida. Assim, a manifestação foi interrompida.

As marchas silenciosas são bastante diferentes, mas continuam a ser proibidas. Justificação: Porque são contra a política governamental. São assim uma experiência sobre a fidelidade dos governos à constituição. Os manifestantes obedecem a todas as regras. Será que ajuda? O que prova que não se trata de obedecer às regras, mas sim de encerrar as manifestações que não são aprovadas. O que pode ser chamado não só de uma ofensa, mas também de um ataque à ordem constitucional.

São três ataques à ordem constitucional que, se proferidos pelo KenFM, resultariam num furacão de ultraje e, minutos depois, no bloqueio imediato de todos os canais KenFM.

Por falar nisso, a supressão dos canais da Internet de vários meios de comunicação alternativos é mais uma prova do atentado à ordem constitucional. A liberdade de expressão, que está a ser suspensa via YouTube, é "por excelência constitutiva da democracia", decidiu o Tribunal Constitucional Federal. O facto de o parlamento e o governo alemães não estarem a intervir aqui

de uma forma regulamentar no sentido do Artigo 5º, mas sim a aceitar a censura, é um sinal de alarme.

Irão agora os tribunais alemães, os funcionários públicos alemães, os políticos alemães, os governos e os Tagesschau unir forças no sentido do nº 4 do artigo 20º para impedir a abolição da ordem constitucional que está em curso nos casos descritos?

Ou, pelo contrário, o Conselho de Ética e o Tagesschau irão em breve apelar à introdução da mão eticamente qualificada que desliga o ventilador no caso dos oponentes às medidas de vacinação e corona?

E quem seria então chamado, nos termos do nº 4 do artigo 20º, a restabelecer a ordem constitucional?

Fontes:

1. <https://www.bpb.de/politik/hintergrund-aktuell/269874/notstandsgesetze>
2. <https://www.bpb.de/nachschlagen/lexika/recht-a-z/23253/widerstandsrecht>
3. <https://www.youtube.com/watch?v=S-2LksKTYHE>
4. <https://www.hsozkult.de/review/id/reb-26609>
5. <https://www.spiegel.de/politik/deutschland/deutschland-bnd-chef-gehlen-plant-staatsstreich-a-195690.html>
6. <https://www.faz.net/aktuell/politik/die-gegenwart/die-rote-kapelle-rote-agenten-unter-uns-13986283.html>
7. <https://www.spiegel.de/spiegel/bnd-reinhard-gehlen-liess-hunderte-politiker-von-altnazis-bespitzeln-a-1116120.html>
8. <https://www.bpb.de/dialog/netzdebatte/246570/deutschland-und-der-ausnahmestand>
9. https://www.deutschlandfunk.de/notstandsgesetze-vor-52-jahren-alte-debatte-mit-relevanz.724.de.html?dram:article_id=477649
10. <https://www.bpb.de/politik/hintergrund-aktuell/269874/notstandsgesetze>
11. <https://www.tagesschau.de/faktenfinder/grundgesetz-widerstandsrecht-101.html>
12. <https://www.n-tv.de/panorama/Impfgegner-sollen-auf-Beatmung-verzichten-article22246339.html>
13. <https://www.rtl.de/cms/medizinethiker-wolfram-henn-impfgegner-sollen-auf-beatmungsgeraet-und-intensivbett-verzichten-4671725.html>
14. <https://www.handelsblatt.com/meinung/gastbeitraege/gastkommentar-wir-sollten-pruefen-ob>

[-impfverweigerer-den-versicherungsschutz-bei-einer-corona-erkrankung-verlieren/26717742.html?ticket=ST-16758207-DebjDxXTt97wQuAccv9h-ap2](https://www.aerzteblatt.de/archiv/138548/Oeffentlicher-Gesundheitsdienst-II-Instrument-der-NS-Rassenpolitik)

15. <https://www.aerzteblatt.de/archiv/138548/Oeffentlicher-Gesundheitsdienst-II-Instrument-der-NS-Rassenpolitik>

+++

Os livros "Im Auftrag der Eliten" de Dirk Pohlmann e "Überwachtes Deutschland" e "Verfassungswidrig" de Josef Foscith são recomendados neste contexto.

+++

Obrigado ao autor pelo direito de publicar este artigo.

+++

Fonte da imagem: r.classen/ portadas

+++

KenFM esforça-se por apresentar um amplo espectro de opinião. Os artigos de opinião e os lugares de convidados não precisam de reflectir a opinião do conselho editorial.

+++

Gosta do nosso programa? Informação sobre outras formas de nos apoiar aqui:

<https://kenfm.de/support/kenfm-unterstuetzen/>

+++

Agora pode apoiar-nos com as Bitcoins.



18FpEnH1Dh83GXXGpRNqSoW5TL1z1PZgZK

BitCoin endereço: